

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO (FNE)**

**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO FNE 26 DE JUNHO 2023**

Às quatorze horas do dia vinte e seis de junho de dois mil e vinte e três, pela plataforma do aplicativo Microsoft Teams, deu-se início à 2ª Reunião Extraordinária do Fórum Nacional de Educação – FNE de forma virtual presidida pelo Coordenador do Fórum Nacional de Educação – FNE, Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, estavam presentes: Paulo Muniz, representando a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias – ABRUC; Roberta Valéria Guedes, representando a Associação Nacional de Educação Católica do Brasil – ANEC; Cleber Ferreira Silva, representando a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos – ABGLT; Lúcia Helena Rincon, representando a União Brasileira de Mulheres – UBM; Luiz Fernandes Dourado, representando a Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE; Suzane da Rocha Vieira Gonçalves, representando a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE; Geovana Mendonça Lunardi Mendes, representando a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED; Sergio Stoco, representando a Centro de Estudos Educação & Sociedade – CEDES; Alfredo Macedo Gomes, representando a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES ; Lueli Nogueira Duarte e Silva, representando o Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros, Departamentos de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras – FORUMDIR; Andressa Camile Pellanda, representando a Campanha Nacional pelo Direito à Educação – CNDE; Olavo Nogueira Batista Filho, representando o Movimento Todos Pela Educação; José Celestino Lourenço, representando a Central Única dos Trabalhadores – CUT; Walisson Maurício de Pinho Araújo, representando a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; Lucimar Rosa Dias, representando a Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros – CADARA; Lara Santos Rocha, representando o Centro de Estudo das Relações do Trabalho e Desigualdades – CEERT; Wisley João Pereira, representando a Confederação Nacional da Indústria – CNI; Arnaldo Cardoso Freire, representando a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – CONFENEN; Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho e Guelda Cristina de Oliveira Andrade, representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; Gilson Luiz Reis e Rodrigo Pereira de Paula, representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – CONTEE; Antônio Lacerda Souto, representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Luzia Matos Mota, representando a Conselho Nacional das

Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF; Maria do Socorro da Silva Batista, representando a Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED; Márcia Serra Ferreira e Suzana dos Santos Gomes, representando a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; Carlos Alberto Marques, representando a Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico – PROIFES; Rita de Cássia Pacheco Gonçalves e Dimitri Assis Silveira, representando a Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil - Fóruns EJA Brasil; Maria Teresa Gonzaga Alves e Marcio Alexandre Barbosa Lima, representando o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP; Sandro Vinícius S dos e Ivone Garcia Barbosa, representando o Movimento Interfóruns da Educação Infantil do Brasil – MIEIB; Alessandra Santos de Assis e Domingos Sávio Abreu, representando a Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino - SASE/MEC; Alexsandro do Nascimento Santos, representando a Secretaria de Educação Básica - SEB/MEC; Secretaria de Educação Básica - SEB/MEC; Maria do Rosário Figueiredo Tripodi, representando Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão Secadi/MEC; Tânia Mara Francisco, representando a Secretaria de Educação Superior - SESu/MEC; Gregório Durla Grisa, representando a Secretaria Executiva Adjunta - SEA/MEC; Fernanda Antônia da, representando a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Darli de Amorim Zunino, presenteando a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME; Vivian Katherine Fuhr Melcop, representando a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME; Gabriel Barros Braga, representando a União Nacional dos Estudantes – UNE.

Ao iniciar a reunião, o Coordenador Heleno de Araújo cumprimentou a todos (as) os presentes e informou que ao anotar as presenças, por motivo de falta quórum qualificado, estaria aguardando a entrada de mais participantes, caso chegue até 14h30, e não chegue ao quórum vamos ter que retirar da pauta o regimento, em seguida a senhora Roberta Guedes, observou que tinha 40 pessoas conectadas e caso precisassem, poderia fazer a leitura rápida de quem está conectado. Prosseguindo o Coordenador Heleno Araujo, disse que para ele aparecia 29 participantes. Na sequência a Senhora Fernanda Sobral, disse que tinha 40 participantes. A senhora Geovana Lunardi, destacou que o senhor Heleno poderia entrar nos participantes e ver todos. Na sequência a Senhora Vivian Melcop informou que as pessoas estavam dando 40 participantes. Prosseguindo o Coordenador Heleno Araujo fez a leitura de todas as entidades e secretárias do MEC presentes, finalizando a lista de presença, o Coordenador Heleno Araujo, informou que teríamos 24 titulares presentes, sendo um número que não alcança o quórum para discutirmos a atualização do regimento e que deixaríamos para a próxima reunião o tema da pauta do Regimento Interno e que precisaria de 2/3 de titulares presentes para iniciar o debate e o processo de votação, sendo assim faltam números para fazer esse quórum mínimo, para pautarmos o Regimento Interno, a Senhora Geovana Lunardi,

questionou, perguntando quantas pessoas estavam faltando, e lamentando com tristeza não ser possível a aprovação do Regimento Interno por falta de quórum, o Coordenador Heleno Araujo que respondeu que mínimo seriam 26 titulares e que nesse caso só teríamos entre titulares e suplentes 24 presentes, a senhora Suzane Gonçalves, da ANFOPE, tomou a palavra e informou que entraram mais dois colegas na reunião não sendo possível a identificação, mais que aos pouco chegaríamos ao quórum necessário e observou que teriam três pessoas com a mão levantada, o Coordenador Heleno Araujo, agradeceu e informou que como não conseguimos chegar ao quórum, teríamos que trocar a pauta por outros pontos e remeter o tema do Regimento para a reunião que acontecerá em 31 julho, o Senhor Walisson Maurício pede a palavra, sugerindo que poderia iniciar a reunião com outro ponto da pauta com a coordenação, encaminhando inclusive as leituras correspondentes, pontos correspondentes e aguardando a entrada de mais participantes para que chegue ao quórum e havendo a identificação de mais duas pessoas a gente passaria a deliberação, caso não chegue, deixamos a deliberação para a próxima reunião do fórum, como sugerido pelo Coordenador Heleno Araujo, a gente já teria lido os relatórios e encaminhado as questões relacionadas a regimentos, destaques, só não deliberaria, prosseguindo informou que professora Luzia Mota do CONIF, por exemplo, tinha terminado de entrar na sala, e pela sua contabilidade, estaria faltando apenas uma pessoa, sendo assim não teria prejuízo o Coordenador Heleno Araujo seguiria com a pauta pendente a deliberação para o qual se exige o quórum, o qual foi feito referência. Em seguida o Coordenador Heleno Araujo, concordou com o senhor Walisson Mauricio da Comissão de Educação do Senado, e perguntou se haveria alguma posição contrária de ordem levantada pelo Senhor Walisson Mauricio, O senhor Sandro Vinicius, da MIEIB, pede a fala, complementando a preposição do senhor Walisson, disse que todos poderia votar na alteração da pauta, jogando esse ponto de aprovação para o final da pauta, assim, seria o tempo de ser estabelecido o quórum, destacando que é claro se o pleno concordava com essa aprovação, fazendo essa alteração da pauta, em seguida a professora Fernanda Sobral da SBPC, pede a palavra ao Coordenador Heleno Araujo autorizou, a senhora Fernanda Sobral, falou que não entendeu o item 18 do regimento que fala da SBPC, que afirma ter um representante da SBPC, que recebe a indicação da ANPUH e da Associação de Ciências Sociais, ressaltou que não tem nada contra essas associações, mas não entende porque essas associações é que indicariam o representante da SBPC, solicitando esclarecimento sobre tal informação, o senhor Heleno Araujo, do FNE, informou que no momento não estaria com o regimento em mãos, mais que já poderia dizer que tem erro de cópia e cola, retomando a palavra a senhora Fernanda Sobral da SBPC, concordou que realmente seria um erro, o senhor Heleno Araujo, Coordenador do FNE, disse que quando a comissão fosse falar devia informar desse erro, a senhora Fernanda Sobral da SBPC, concorda e diz a indicação referente ao item 18, era da SBPC, e não indicação da ANPUH, o senhor Heleno Araujo do FNE finaliza a fala concordado está errado e disse que não havendo nenhuma posição contrária, passaria

a palavra aos inscitos, a senhora Geovana Lunardi da ANPED disse que não queria ser contrária a questão de ordem e gostaria muito que o regimento fosse analisado nessa reunião, e que segundo o seu entendimento, deveria ser regimental na chamada da reunião teria que ter quórum para votar o regimento. O Coordenador Heleno Araujo do FNE, informou que regimento não tem inscrito, e que estava usando esse termo para consolidar, prosseguindo com a palavra disse que a pauta apresentada no pleno do Fórum Nacional de Educação, consistia em sete itens e que nem todos seriam tratados na reunião, fez alguns informes: primeiro assunto seria a aprovação das atas da reunião extraordinária híbrida que aconteceu no dia 19 de abril 2023 e que havíamos pautado também a aprovação da Ata da Reunião Ordinária dos dias 29 e 30 de maio de 2023, pontuando os principais pontos da pauta, falou que a ata da reunião ordinária do dia 29 e 30 de maio 2003 não ficou pronta a tempo de enviar com antecedência ao pleno do Fórum, nesse caso faríamos a apreciação apenas da primeira ata da reunião extraordinária do dia 19 de abril de 2023 e aprovaríamos na próxima reunião a ata os dias 29 e 30 de maio da reunião ordinária o segundo ponto de pauta e o parecer da Comissão Especial de Mobilização e Divulgação sobre Ingresso de novas entidades e a solicitação de titularidade das entidades que hoje ocupa a suplência dentro do Pleno do Fórum Nacional de Educação e na sequência, a apresentação da minuta do Regimento da atualização do Regimento pela Comissão Especial de Monitoramento e Sistematização, nesse caso seria o segundo ponto de pauta agregado o ingresso com o regimento que um está ligado ao outro, o segundo ponto é a Conferência Extraordinária de Educação que também será apresentado pela Comissão de Mobilização e Divulgação e um complemento da Comissão de Monitoramento e Sistematização com relação ao conteúdo do documento referência da Conferência Extraordinária de Educação, o quarto ponto seria o Grupo de Trabalho Temporário Política de Alfabetização, quinto ponto o Grupo de Trabalho Temporário Política de Alfabetização e o sexto ponto outros assuntos para encaminhamento, sendo assim seria seis pontos em pauta a ata da reunião do dia 19 de abril, em seguida pergunto ao pleno se alguém teria algum destaque a pauta apresentada, em seguida a Senhora Darli Zunino da UNCME, pede a palavra, cumprimentou a todos e a todas dando Boa tarde, falou que na ata do dia 19 de abril, teria algumas sugestões e correções que gostaria que fosse feitas a numeração das linhas, pois não teria visto numeradas, não saberia informa se foi na hora que fez a leitura, disse que as linhas enumeradas facilita a hora da correção. O Coordenador Heleno Araujo, informou que poderia entrar no quadro de pauta, caso não houvesse destaque na pauta, deixando-a inscrita, e que a mesma já havia feito a primeira observação para as pautas futuras para atas futuras, numerar as atas para poder facilitar a localização, mas caso não tivesse posição contrária à pauta apresentada, poderia apresentar o complemento que você relatou. Na sequência a senhora Elayne Passos, da assessoria de participação social e Diversidade do Ministério da Educação – MEC, pede a fala, cumprimentou a todos (as) os presentes comentou que estava chegando na chefia da Assessoria de Participação e Diversidade do MEC, uma assessoria que está ligada ao Gabinete do Ministro Camilo

Santana e desde que chegou vem pedindo auxílio ao Coordenador Heleno Araujo e Alessandra de Assis da Secretaria Executiva do Fórum um suporte para que pudesse apresentar a todos do fórum o papel da assessoria, cuja competência é articular e promover as relações políticas desse ministério com vários segmentos da sociedade, além de discutir a promoção dessa participação social, tratando da igualdade de gênero e igualdade étnica, racial trabalhamos também a proteção dos direitos humanos, o enfrentamento às desigualdades sociais e regionais os sistemas nacionais de ensino, quando os sinais, enfim, essa nova assessoria, só existia na estrutura da secretaria geral Presidência da República e na estrutura da Secretária-geral da Presidência da República, mais como promessa do governo do presidente Lula, a intenção será expandir para quase todos os ministérios, hoje só não temos a presença da assessora de Participação Social no ministério da Defesa e do Ministério das Relações Institucionais, sendo assim solicito o senhor Alexsandro Santos da SEB e o senhor Heleno Araujo, coordenador do FNE, a atenção dos senhores (as) para podermos falar de algo mais urgente, mas advertindo a possibilidade de está presente, acompanhar, conhece- lós, e estreitar esse diálogo com o ministério que é algo que a gente tem infelizmente carecido bastante, fez uma crítica a outros governos, por sucatear e cerceado a participação social que a intenção será melhorar a nossa comunicação e que de fato, os ministérios, o executivo cheguem na ponta, falou ainda que dia 14 de julho será encerrado o processo de escuta da sociedade dentro das políticas que estarão elencadas para apresentação ao Parlamento do Orçamento Participativo, disse que o Ministério da Educação tem discutido também orçamento com a sociedade, e foi apresentado duas propostas prioritárias no PPA Participativo na plataforma Brasil Participativo, que dissertam sobre a educação básica e a educação do nível superior, venho aqui fazer um apelo a todos (as) que estão presentes, para que vocês me ajudem a divulgar as propostas do Ministério da Educação, disse que são importantes para que todos (as) torne central a discussão e os recursos para o fomento das políticas públicas em educação, no qual eu sozinha não conseguiria e precisava da rede para que todos (as) chegue na ponta, nos lugares mais distantes, para falarmos através dos nossos celulares, das nossas comunicações particulares, sobre a importância do povo brasileiro deixar suas digitais no orçamento, ou seja, essa é uma oportunidade única para que a gente expresse ,não só votando nas propostas prioritárias dos ministérios, acerca de como o orçamento público vai ser gasto, mas também criando proposituras, o cidadão (a) poderá ir à plataforma do Brasil participativo e sugerir três propostas para o orçamento participativo com vigência de quatro anos, sendo três anos do governo atual, mais o primeiro ano do próximo governo, no qual precisa ser discutido o papel, o documento que vai ser apresentado ao Parlamento até 14 de julho, sendo que todos (as) tem até agosto para votar, para discutir com o Legislativo, por ser uma demanda urgente, eu tenho essa responsabilidade de trazer esse engajamento, de mobilizar a sociedade para que todos (as) possa figurar com a educação no centro do debate, pois, sem educação não caminhamos, por isso, precisamos reestruturar a participação social, disse que iria

fazer um briefing com as informações, como votar, passo a passo, finalizou agradecendo a todos (as) pela atenção. Em seguida o Coordenador Heleno Araújo agradeceu a presença da senhora Elayne Passos, e disse que pode contar com a participação do Fórum Nacional de Educação, e que a senhora Geovana Lunardi, presidente da ANPED nos representa a participação social e que nos iríamos manter o diálogo juntos, para sempre que possível trazermos esse espaço no fórum para acompanhar todo esse debate e para avançar no processo de participação social, salientou a importância do debate para definir as políticas públicas em nosso país. Em seguida a Senhora Ivone Garcia, do MIEIB, pede a fala, questionando a senhora Elayne Passos qual o setor que atuava anteriormente e como seria a interlocução com o Fórum Nacional, se seria uma atuação específica no campo da educação. Na sequência a senhora Elayne Passos esclareceu ser professora de carreira na rede pública, no qual atuou no município de Aracaju – SE e na Universidade Federal de Sergipe/SE, tem doutorado em Antropologia, atuou no Departamento de Ciências Sociais da UFES e atualmente cedida para os desafios do Ministério da Educação – MEC, disse ser militante na política no campo da esquerda, com um diálogo aberto para quem quiser dialogar e construir coletivamente, ademais fui presidente do Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente de Sergipe/SE, coordenei os conselhos de direito na Secretaria da Assistência Social. Prosseguindo, a palavra foi passada a senhora Geovana Lunardi, enfatizou que na última sexta-feira, representou FNE na reunião do Interconselhos, uma reunião preparatória para a reunião que acontecerá nos dias 10 e 11 de julho, externou sua preocupação aos exemplos do que está aparecendo na plataforma gov com relação a proposições das pessoas, no qual os cidadãos estão lançando para sua aérea, e coincidentemente, eles abriram a aba do Ministério da Educação, apresentando as dez propostas mais votadas pelas pessoas indicadas pelo Ministério da Educação, a primeira mais votada, era equiparação salarial dos técnicos dos institutos federais, a terceira mais votada era a federalização da FURB, aqui de Santa Catarina, outra votada a criação de universidade no sudoeste da Bahia, sendo assim gostaria de saber se a senhora como representante do MEC, tem disponível para o fórum um material apresentando as duas grandes proposições do Ministério da Educação, podendo ser o material que está a caminho para as pessoas entenderem o sentido do PPA, para defesa corporativa e além de ficar faltando colocar uma perspectiva grandes projetos para a educação brasileira, pois aqui presente temos representações de diferentes entidades que podem fazer esse movimento, divulgando um material estruturado, devido o prazo ser curto e ter grupos organizados com movimentação ganhando força, eu falo como representante da ANPED, disse que sua instituição não fez ainda nenhuma divulgação para os associados a respeito do PPA, salientou que pode ser feito essa divulgação em todas as entidades. Prosseguindo, a senhora Elayne Passos, esclarece que recebeu todo o material para iniciar o trabalho, disse que competir com as organizações com os particulares é difícil, por se algo em um nicho que consegue repercutir sem sair das proposituras, e que a equiparação da carreira dos institutos federais está em segundo lugar, com 28.000 votos, enquanto a

proposta da educação básica está entre duas proposituras do MEC, está em nono lugar, com menos de 4000 votos, perdendo para renda em termos das macros políticas, que tem quase 10.000 votos e para o turismo uma comunicação muito mais eficiente com 7000 votos, ou seja, entramos perdendo, devido às demandas urgentes do MEC, não conseguimos fazer um trabalho direcionado, devido a casos nas escolas, como, por exemplo, o assassinato dos jovens em uma escola discutindo violência, devido a esses casos a centralização das ações não ocorre, informou que disponibilizará o material, e está disposta a conversar e informou que solicitou a assessoria entrasse em contato com as organizações, pois já tem plano de agendas e que até o dia 14 de julho, se colocou à disposição para explicar como acessar a plataforma, como ele pode inclusive colocar a sua demanda ou da sua comunidade, disse está aberta a sugestão da Alessandra Assis sobre o campo das políticas de educação, gravando vídeos para as entradas nas redes sociais, finalizou reiterando que tem o material, e pode está explicando de como ele funcionará os quatro anos, os limites da legislação, como ele impactará no próximo governo, como é importante propor, como é importante engajar nas macros políticas da educação, como a educação pode repercutir ali na ponta, melhorando não só o aspecto da educação formal, mas da saúde, da cultura, da construção civil, da profissionalização do emprego, da renda, trazendo à luz todo esse potencial das proposituras que sugerimos dentro da Plataforma Brasil Participativo. Em seguida o Coordenador Heleno Araujo, informou que poderíamos trabalhar até agosto com PPA, pois temos o GTT que fala sobre isso, sendo assim podemos pegar todo material e depois fazer observações, nesse caso podemos encaminhar todo material fórum, além de termos o GTT acompanhando esse debate e termos proposta de diálogos com FNE, poderíamos marcar uma data para poder fazer o debate. Na sequência a palavra foi passada para a senhora Darli Zunino, sugeriu a numeração das atas, externou sua preocupação, quando iriam discutir sobre o PL dois, três, cinco de 2019 sobre Sistema Nacional de Educação. Em seguida o Coordenador Heleno Araújo, passa a palavra para o Senhor Cleber Ferreira da ABGLT, cumprimentou a todos(as) informou que fazia parte de uma representação do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas intersexo, transsexuais, transsexuais, ou seja, a comunidade LGBTQ+, aproveitando a reunião para fazer uma ponte com o Conselho Nacional LGBTQ+, o Ministério de Direitos Humanos, que possui um GT sobre educação, diversidade, gênero e sobre equidade, livre sexualidade e questões relacionadas a gênero e vem mapeando muitas escolas da educação básica, onde há um índice muito alto de preconceito contra população de sexualidade diferente da heteronormativa e populações transsexuais, travestis e pessoas não binárias, sugeriu que possam sistematizar, no qual seria conveniente uma nota do foco nacional da educação. Prosseguindo o Coordenador Heleno Araújo, passa a palavra para o Senhor Walisson Maurício, sugeriu que nome de cada pessoa, seja incluído a sigla da entidade, assim facilita os encaminhamentos na identificação, caso haja alguma espécie de votação ou dúvida de encaminhamento. Prosseguindo o Coordenador Heleno Araujo, considerou

as observações apresentados na ata pela Senhora Darli Zunino e o Senhor Walisson Maurício, e não havendo mais manifestações, considerou aprovada a ata e informou que seria publicada no site do Fórum Nacional de Educação e reforçou que a ata da reunião ordinária dos dias 29 e 30 de maio de 2023, ficaria para ser aprovada na próxima reunião remota que está marcada dia 31 de julho 2023, em seguida passou para o próximo ponto da pauta ouvindo o parecer da Comissão Especial de Mobilização e Divulgação sobre os pedidos de ingressos das novas entidades ao Fórum Nacional de Educação, solicitações de mudanças de suplência para titularidade. Em seguida passou a palavra para o Senhor José Celestino Tino, cumprimentou a todos (as) e informou que na última sexta-feira, os membros da comissão - CEMD, se reuniram com dois pontos de pauta, estavam presentes na reunião os Senhores (as) Sandro Vinicius do MIEIB, Guelda Andrade do CNTE, Fernanda Pedrosa da CNC e Lúcia Rincon da UBM, o assunto tratado foi sobre o parecer, no qual fez a leitura da minuta do parecer do ingresso de entidades e composição do Fórum, que foi recomposto pela portaria número 478, de 17 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 21 de março de 2023 e pela Portaria número 718, de 13 de abril de 2023, que designa os representantes titulares e suplentes indicados pelos órgãos, entidades e movimentos sociais, consta no parecer as solicitações de ingresso de novas entidades e pedidos de manifestação sobre a elevação à condição de titularidade de instituições componentes do FNE, as solicitações de ingresso no FNE, nos termos regimentais, deve ser enviada à coordenação, justificando a solicitação com base nos critérios do regimento, conforme o artigo 3º, e as representatividades nacionais, conforme artigo 2º, considerados nas condições de titulares ou suplentes, prosseguindo a leitura informou os nomes das instituições solicitantes de Ingresso: Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas - ANPAP, Associação Nacional das Universidades Particulares - ANUP, Associação Brasileira de Alfabetização - ABALF, Associação Nacional de História - ANPUH, Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais - ABECS, Associação Beneficente Cultural e de Desenvolvimento Social dos Povos Ciganos do Brasil - ABCC, Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas - ABIEE, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB, Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência e Residência Pedagógica – FORPIBID-rp, Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação - FINEDUCA, Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais – ABRUEM, Associação Nacional de Pós-graduandos - ANPG, Associação Brasileira de Educação a Distância - ABED, Prosseguindo informou os nomes das instituições na condição de titularidade avaliadas Associação Nacional de Educação Católica do Brasil - ANEC, Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOP, Centro de Estudos de Educação e Sociedade - CEDES, Fórum Nacional de Diretores de Faculdades Centro de Educação ou equivalentes das Universidades públicas brasileiras - FORUMDIR, informou que se reunirão dia 23 de



junho, para deliberar sobre o tema, conforme o art. 22 do Regimento Interno, no quais as Portarias 478 de 17 de março de 2023 e número 718, de 13 de abril de 2023, após instalação, o fórum poderia sugerir revisão dos critérios de composição que tratam as normativas do artigo 4º e 5º da portaria 478 de 2023, continuando, as análises às solicitações de manifestações foram recolhidas e as análises empreendidas nos termos regimentais, pela Comissão Especial de Mobilização e Divulgação, conforme os artigos 2º, 3º e 8º, falou dos critérios para composição, que são amplos reconhecimentos públicos do órgão entidade ou movimento em ao -1 segmento da educação escolar ou setor da sociedade, conforme disposto no art. 2º, Abrangência nacional, tendo atuação em todas as regiões geográficas do país na área da educação, atuação efetiva de no mínimo quatro anos da entidade, órgão ou movimento na área da educação, além de quatro, comprovação de filiados, associados e pessoas pela atuação da entidade, órgão ou movimento, observou que todas as entidades que solicitaram ingresso também enviaram os seus estatutos, e ao verificar os estatutos, informou que todos estão com os critérios estabelecidos no próprio Regimento do ponto de vista da representação, do tempo de existência e dos outros quesitos, e que todos essas solicitações vai ao pleno do FNE e após a apreciação da send, uma vez que é critério do pleno conforme as normativas, a composição poderá ser alterada com a inclusão de outros órgãos, entidades e movimentos, observando se os critérios indicados, continuando a leitura disse que o Fórum Nacional de Educação, instituído nos termos dos artigos 5º e 6º da Lei 3005, de 25 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2014, em edição extra, foi criado ainda em 2010, por meio da portaria do MEC, número 1407, de 14 dezembro de 2010 e recomposto pela Portaria 478 de 17 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 21 de março de 2023, explicou que essa recomposição foi feita conforme o que era no ano de 2010, e foi debatido na época com o ministério, e que essa consolidação da composição desta instância, prevista legalmente com relevantes atribuições políticos institucionais, vem se dando ao longo dos anos e chega no atual momento, a um estágio de importante maturidade representatividade e densidade fundamentais aos processo de concepção, implementação e avaliação da política nacional de Educação, com interlocução e diálogo com a sociedade, prosseguindo a leitura, disse que o FNE tem atribuições legais gerais, sob a delimitação da legislação nacional, especialmente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9394, de 1996 e na Lei do PNE 13.005 de 2014, a saber, realiza monitoramento contínuo e avaliações periódicas da execução do PNE e do cumprimento de suas metas, que perpassam todas as etapas, níveis e modalidades educacionais, promove a articulação e coordenação da realização de pelo menos duas Conferências Nacionais de Educação até o final do decênio, bem como acompanhar a metodologia relativa ao custo aluno qualidade parâmetro para o financiamento da educação de todas as etapas e modalidades da educação básica, próximo tópico, ratificou a manutenção da participação de órgãos públicos, autarquias, entidades, movimentos sociais, representativos dos segmentos da educação escolar e dos setores da sociedade, com atuação nacional amplamente reconhecida na melhoria

da educação nacional, confirmada na Portaria 478 de 2023, de recomposição do FNE, em decorrência, foi ratificado a manutenção dos critérios basilares para composição do FNE, nos termos do art. 2º do Regimento, com amplo reconhecimento público do órgão, abrangência nacional, atuação efetiva de no mínimo quatro anos e comprovação de filiados associados e pessoas representadas, encaminhamos no sentido de promover maior compatibilidade do regimento e da composição do FNE com a legislação nacional, orientando a revisão do Regimento Interno, conforme previsto na Portaria número 478, art. 2º, inciso IX, notadamente com a LDB e especialmente em relação aos níveis educação básica e ensino superior, incluindo as diversas categorias administrativas e classificações públicas, privadas, comunitárias, inclusive as qualificadas como confessionais e de pós-graduação, prosseguindo a leitura, as etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, modalidades Educação regular, Educação de Jovens e Adultos, Educação especial, Educação profissional, Técnica e Tecnológica, a educação do campo, educação escolar indígena, educação escolar Quilombola e educação a distância, além de reforçar a sua capacidade de formulação e incidência no que concerne ao financiamento da educação pedra angular para o desenvolvimento da educação no país, elevar as condições de titularidade, às instituições componentes do FNE, que historicamente têm amplíssima e consolidada trajetória no campo educacional, que assim o tenho manifestado em coordenação do FNE, considerar todas as solicitações e manifestações havidas, orientando para ampliação do Fórum Nacional de Educação e encaminhamento de ajustes concernentes no Regimento Interno, do voto das informações devidamente recebidas das entidades, avalia-se, salvo melhor juízo, que as mesmas cumprem com os requisitos e critérios e poderão ser admitidas pelo Fórum Nacional de Educação. Propõe-se, todavia, uma modulação com vistas à apreciação do pleno nos termos do item 11, a linhas a, b, c e d acima mencionados, o voto é pela elevação, a contínua condição de titularidade das entidades, Associação Nacional de Educação Católica do Brasil - ANEC e entidades representativas de instituições confessionais, Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação Entidades de Política e Estudos e pesquisa em educação Formação dos profissionais da educação - ANFOP, Centro de Estudos e Educação em Sociedade Entidade Política Estudos e Pesquisa em Educação Ciências da Educação- CEDES, Fórum Nacional de Diretores de Faculdades Centro de Educação ou equivalentes das Universidades públicas brasileiras- FORUMDIR, próximo voto é pela recepção de entidades no FNE que cumprindo os critérios basilares para ingresso no FNE, têm manifestado seu interesse de compor o Fórum, seja na condição de titular e suplente, sendo assim ficam admitidas as entidades nas seguintes condições, Associação Nacional das Universidades Particulares e titular dirigentes da Educação escolar do setor privado - ANUP, tendo como suplente a Associação Brasileira de Educação a Distância - ABED, Associação Brasileira de Alfabetização - ABALF Titular, entidade Política, Estudos e Pesquisas em Alfabetização e Ensino Fundamental, Associação Nacional de História Titular em regime de rodízio com as associações científicas de áreas de ensino -

ANPUH, Associação Brasileira de Ensino e Ciências Sociais - ABECS suplente em regime de rodízio com as associações científicas de áreas de ensino, Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélica - ABIEE, suplente, dirigente da Educação Escolar Associações Brasileiras de instituições confessionais, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB, titular da Educação escolar, a Associações Brasileiras de Reitores, Fórum Nacional os coordenadores institucionais do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência e Residência pedagógica – FORPIBID-rp, suplente, entidade com atuação na formação dos profissionais da educação, Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação - FINEDUCA, titular, Pesquisa em Financiamento da Educação, Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais, suplente - ABRUEM, Associação Nacional de Pós-graduandos entidades que representam os estudantes da educação Secundarista e da Educação Superior- ANPG, Associação Brasileira de Educação a Distância - ABED, suplente, os Dirigentes da Educação Escolar e do Setor Privado, o voto artigo 12, parágrafo III, é pelo sobrestamento da postulação da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas - ANPAP, cuja necessidade de definição de regime de rodízio com as associações científicas diários de ensino, como a ANPUH e a ABECS, pelo sobrestamento da postulação da Associação Beneficente Cultural e de Desenvolvimento Social dos Povos Ciganos do Brasil - ABEC e da Central dos Trabalhadores do Brasil - CTB, o voto é pela revisão pontual do regimento para explicitar representatividade de instituições confessionais, de entidades de estudos e pesquisas e sua atuação preponderante de associações científicas, de áreas, ensino de movimentos e entidades de povos e comunidades tradicionais, educação escolar quilombola, educação do campo de reitores e dirigentes de instituições federais, de reitores e dirigentes de instituições privadas de educação superior, de reitores e dirigentes de instituições municipais e estaduais de educação superior, de entidades vinculadas à educação a distância, entre outras, o voto é pela revisão global do Regimento, em termos de forma e ortografia gramática e estilo, tornando o mais claro, com melhor tratamento dado aos parágrafos II, III e IV terceiro e quarto do art. 2º que devem claramente convergentes e identificáveis na definição da composição do FNE, conforme o disposto no art. 4º e 5º, após que o Regimento seja amplamente divulgado pelo FNE e suas entidades, inclusive a revisão, reativação e atualização contínua do Portal do FNE tem atribuição regimental de coordenar o processo de elaboração e revisão das publicações do FNE, por fim, o voto é pela fixação de prazo de quatro anos para nova avaliação sobre composição, ampliação do FNE, sem prejuízo de ajustes regimentais pontuais. Em seguida, o Coordenador Heleno Araújo, perguntou a todos (as) se tinha algum destaque ao parecer da comissão. Na sequência o Senhor Fabiano, que está substituindo a senhora Fernanda Pedrosa da CNC, explicou que a CNC está como suplente da CNI, e aproveitou o momento oportuno para solicitar que a CNC tivesse uma representação independente da CNI, por se tratar de duas instituições independentes, voltada e gerida pelo SESC, sobre essa questão o Coordenador Heleno Araújo, informou que a portaria que é

nominal e que não existe substituição no nome do titular ou nome do suplente, a portaria do ministro nominando os representantes, as confederações empresariais tem vaga de titular ou suplente, as sindicais entram também, com vaga de titular ou suplente, esse é o formato, portanto não tem substituição, mas temos até o dia 31 de outubro, para fazer solicitações, a CNC pode fazer a solicitação oficialmente, para que a comissão análise e passe um parecer colocando a posição em cima dos critérios estabelecidos, em seguida o Coordenador Heleno passou a palavra para o senhor Wisley Pereira do CNI, cumprimentou a todos (as) os companheiros (as), expressou sua dúvida sobre a data informada até 31 de outubro para fazer as inscrições, porque talvez algumas instituições não tenham sido informada de forma clara, endossando a solicitação, porque mesmo que as instituições seja ligada ao empresariado, são se formas diferentes, para ser colocado para análise no pleno, pois, uma é ligada a indústria e outra ao comércio, por fim, corroborou com encaminhamento e direcionamento assertivo do Coordenador. Na sequência a palavra foi passada para Roberta Guedes da ANEC, esclareceu que ela representa o setor privado, filantrópico de profissionais, católica e ABIEE, representa o setor privado confessional evangélico, são entidades, inclusive de regimento de organização totalmente diferentes na proposta advinda na escrita, gostaríamos de verificar ao Pleno do FNE, a possibilidade da titularidade da ABIEE, uma vez que somos entidades diferentes. Em seguida, a palavra foi passada ao senhor Luiz Dourado da ANPAE, que observou que faltou a leitura do voto nº. 14, na qual o voto é pela elevação e condição de titularidade das seguintes entidades, em adição as entidades as quais são suplentes CONFENEN, ANPAE, ANPED e ANDIFES respectivamente, que passam a ter titularidade exclusiva. Na sequência a palavra foi passada ao senhor Arnaldo Cardoso da CONFENEN, cumprimentou a todos (as), parabenizou o Coordenador Heleno Araujo, e o Coordenador da Comissão, o senhor José Celestino pelo trabalho, reforçou que no regimento fala da ANEC titular e é ABRUEM suplente, a senhora Roberta respondeu que no regimento está ANEC titular, e ABIEE como suplente, que havia apenas feito um esclarecimento que como são entidades diferentes se é possível a titularidade plena para ANEC e a titularidade plena para a ABIEE no fórum, prosseguindo o senhor Arnaldo Cardoso, observou, necessário fazer a correção no regimento a ser aprovado, está CONFENAPA e agora está CONFENAPAIS, finalizou lamentando que a representante da CONFENAPAIS que se encontrava presente, não ter feito o pedido, a inversão da imagem que as mulheres tinham que ser titular do Fórum Nacional de Educação, que a Associação Brasileira das Mulheres, 90% dos profissionais de educação hoje são mulheres, mais 90% educação base, 93% e a importância das mulheres no Fórum Nacional de Educação. Na sequência a palavra foi passada a senhora Ivone Barbosa da MIEIB, que parabenizou a comissão, dando sua opinião em relação ao documento, muito consistente, bem-feito nas suas análises, nas suas conclusões, em seguida chamou atenção na fala Associação Nacional dos pós-graduandos ANPG, não disseram se a entidade é suplente ou titular, e acha essa observação importante, por ser uma movimentação importante temos como estudantes

no fórum, ademais endossou a fala do Arnaldo sobre a questão da Lúcia, das mulheres serem titulares, por ser muito importante no movimento nacional, inclusive pela educação pública. Em seguida a palavra foi passada ao senhor José Celestino, Coordenador da comissão, comentou sobre o apontamento do senhor Fabiano sobre CNI, disse que a senhora Fernanda Pedrosa, na reunião anterior havia falado sobre isso, e que essa discussão são as mesmas feitas em relação às centrais sindicais, pois tem as representações as confederações patronais, empresariais e as centrais de trabalhadores, a CTB solicitou o ingresso, sendo assim vamos fazer uma reunião das centrais sindicais para vermos quem vai ocupar, representar a sua central no fórum, em relação à ABIEE e a ANEC, poderíamos ter também as representações educacionais judaicas, e as outras representações nesse sentido, vamos discutir com as entidades, inclusive que não se contrapõe a SBPC, que no caso são associações científicas de áreas de ensino, o qual são a ANPUPH, ABECS, ANPAP que serão discutidas como se estabelecerá essas representações no fórum, prosseguindo concordou com a observação do senhor Luiz Dourado, em relação a ANPAE, penso que tem que ser incluído nessa solicitação de titularidade conforme os critérios que a gente vem discutindo de amplíssima representação historicamente. Prosseguindo o coordenador Heleno Araújo, fez alguns encaminhamentos, primeiro, que o regimento fala que uma entidade, uma representação que queira compor o Fórum Nacional de Educação, pode fazê-lo a solicitação dentro dos critérios estabelecidos no regimento e a solicitação pode ser feita até o dia 31 de outubro, em seguida a comissão Especial de Mobilização e Divulgação fará uma análise e um parecer dentro dos critérios estabelecidos no regimento, explicou, o porquê está sendo feita de forma extraordinária, que é devido o processo da transição que passamos dentro desse período, disse que uma parte do Fórum Nacional de Educação, teve entendimento que era necessário recompor o fórum antes da Portaria 577/2017 com a mesma composição, pois, depois da portaria o fórum teve outra composição, onde discutimos com o MEC, onde não foi aceito com a 577 uma intervenção do ministro ou de alguém do MEC sobre o Fórum Nacional de Educação, que pelo seu regimento é o Fórum que delibera por ingresso, titularidade, suplência, dentro do fórum, depois de muitas conversas, a portaria saiu com a composição de 2016, com o compromisso fazermos de forma extraordinária um debate para fazer uma recomposição para a gente continuar os trabalhos, prosseguindo ponderou a questão da ANEC, explicando que a comissão, analisou as entidades de cunho religioso tanto a católica como evangélica, nessa perspectiva, e não de natureza específica da entidade para que nessa composição possamos ter a ANEC, com titular como era antes, voltando a ter titularidade, e as entidades que estavam antes dividindo a participação na suplência, ponderou que aprove o parecer da comissão nesse momento, caso a ANEC ou a ABIEE queira a titularidade, suplência, reivindique até 31 de outubro, para podermos debater novamente sobre o tema no início do ano de 2024, na primeira reunião ordinária, para que a comissão possa analisar a possibilidade de atendimento ao pleito, na perspectiva de cumprir os acordos iniciais dessa recomposição e trabalhando no processo de organização do fórum, reforçou que está

mantido os pleitos , a qual temos até 31 de outubro para podermos avaliar, o mesmo serve para UBM, que também pela indicação que pode fazer a conversa interna com a ABGLT, no qual o senhor Cleber Silva da ABGLT, não estava presente nas reuniões anteriores, porém, está presente, disse que no parecer não foi colocado, mas no regimento ficou em dúvida, informando que quando a senhora Geovana Lunardi, fosse apresentar, verificaria. Na sequência a palavra foi passada para a Senhora Lúcia Rincon, agradeceu o apoio do senhor Arnaldo Cardoso e da senhora Ivone Barbosa, a compreensão sobre a importância, transversalidade de gênero, que com certeza hoje agracia majoritariamente o fórum, disse que conversaram e não apresentaram nenhuma alteração, nós UBM entendemos, que como não tínhamos encaminhado documento nesse processo extraordinário, que possamos fazer uma reivindicação de titularidade, não necessariamente de troca ou mudança de espaço, nesse caso esperaríamos a mudança do regimento, as transformações, mudanças no texto, e como poderíamos avançar e contemplar a titularidade não só da diversidade, mas da questão estratégica da opressão e da discriminação de gênero na nossa sociedade, finalizou agradecendo a todos (as). Prosseguindo o Senhor Luiz Dourado, pede a palavra, corroborou com os encaminhamentos feito pelo coordenado Heleno Araujo, reforçando novamente a leitura da inclusão do item 14 do voto, que vota pela elevação à condição de titularidade das seguintes entidades, em adição às novas entidades, as quais eram suplentes seguintes: CONFENEN, ANPAE, ANPED, ANDIFES respectivamente que passam a titularidade exclusiva. Na sequência o senhor Cleber Silva, da ABGLT, pede a palavra, explicando que em conversa com as companheiras que é justamente saber com relação a isso se as companheiras manifestaram o desejo lícito de representarem a pauta do movimento feminista, como já passamos por essa situação, sabemos que a ABGLT mantém a titularidade, questionou em caso a UBM, solicite a titularidade, como ficaria a suplência da ABGLT. Prosseguindo o Coordenador Heleno Araujo, respondeu ao Senhor que Cleber, informando que a suplência da instituição ABGLT, por enquanto permanece a mesma, nesse caso a UBM, faça a solicitação da titularidade para análise futura, por fim indagou a senhora Roberta Guedes da ANEC, a questão se aceita a manter o relatório, parecer como está e avaliar na primeira reunião binária no próximo ano a solicitação. A senhora Roberta Guedes, responde que está de acordo, não havendo mais objeções, o parecer da comissão Especial de Mobilização Divulgação declarou aprovado o parecer da Comissão Especial de Mobilização e Divulgação, o Coordenador Heleno Araujo agradeceu a colaboração de todos (as), prosseguindo com o próximo ponto da pauta, Comissão Especial de Monitoramento Sistematização coordenado pela Senhora Geovana Lunardi, que apresentará a minuta da atualização do Regimento do Fórum Nacional de Educação. Em seguida a palavra foi passada para a senhora Geovana Lunardi, cumprimentou a todos (as) disse que a comissão trabalhou muito com a outra comissão, pois algumas mudanças no regime significariam a incorporação do que votamos, onde foi feito uma atualização no regimento das datas das questões mais estruturais e gerais, onde apresentamos na nossa comissão e tivemos algumas

sugestões, disse que socializou com todos (as) antes da reunião alterações, enfim, todos (as) visualizaram, pergunto a todos (as) se querem que projete para podermos fazer uma passada de olhos e especialmente em alguns destaques que recebemos, com base nas sugestões de destaque que recebemos, em seguida a Senhora Alessandra de Assis, compartilhou o regimento para que todos(as), visualizasse, primeira parte foi feita a alteração dos aspectos legais, onde tivemos poucas mudanças, no artigo 2, fazemos a alteração compreendendo que acabamos de mudar com base, demonstrou também os critérios para composição, no art. 4º foi feita a inclusão dessas acabamos de aprovar e destacando as que acabamos de aprovar, tanto novos ingressos como as titularidades, as entidades que não eram titulares e que passaram a ter a titularidade, explicou que teriam somente um destaque no item quatro, o do representante titular que se refere o inciso XXI 31, será indicado pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais e seu suplente pela União Brasileira de Mulheres, o que é justo, disse que fariam a apresentação geral dos destaques em seguida abriremos para discussão e para as inclusões, em relação à composição, o coordenador eleito deverá encaminhar o processo de escolha do secretário executivo do FNE, parágrafo V, o coordenador eleito encaminhará o processo de escolha do vice coordenador do FNE, disse que atualizou o ingresso das novas entidades com base, no outro regimento, o art. 14, as despesas referentes à participação dos membros nas atividades do FNE correrão por conta das dotações consignadas no MEC, preferencialmente por meio de ação orçamentária específica, continuando a leitura, foi incluso que as atribuições das comissões, elaborar as orientações para as organizações dos Fóruns Estaduais do Distrito Federal e Municipais de Educação, inclusive apreciando e encaminhando as solicitações de ingresso ou revisão dos critérios para composição do fórum, prosseguindo, são atribuições da Secretaria Executiva do FNE, constituída por equipe própria no MEC, a inicial participação do FNE será considerada relevante, interesse público, na qual não será uma remunerada e seus membros, quando convocados, farão jus a diárias e passagens, entre outras condições de trabalho. Em seguida o Coordenador Heleno Araújo toma a palavra, informa que todos (as) terão até três minutos, para destaques ou posição contrário, alguma observação para tentarmos construir um consenso da produção do regimento. Na sequência passou a palavra para o senhor Wisley Pereira da CNI, que observou que no art. 5º, no inciso VIII, informa que o representante do lapso refere que o inciso XXXVI será indicado pela Confederação da Indústria, ao visualizar o inciso XXXVI, do art. IV, não se refere que é a mesma entidade. Em seguida a senhora Alessandra Assis, responde que fará numeração. Na sequência o senhor Wisley Pereira, dada a observação, informou que estava de acordo. Na sequência a palavra foi passada ao senhor Arnaldo Cardoso da CONFENEN, questionou como ficaram os novos membros, as indicações de suplentes, que o documento recebido na última sexta-feira não é o mesmo e que no art. 5º Fala onde fala das suplências, Parágrafo I, ficou ANEC titular, suplente a ABIEE, parágrafo II, CONTAG titular e MST, o parágrafo IV, UBM suplente, o parágrafo IX, FORPIBID-rp

suplente, parágrafo X, ANUP titular, ABED suplente, parágrafo XI, CONFENEN titular, ABMS suplente, parágrafo XII, CRUB titular e ABRUEM suplente, parágrafo XIV, ANPUP titular e ABECS suplente. Na sequência, a palavra foi passada ao Senhor Carlos Alberto do PROIFES, reforçou o art. 6º e o art.7º, disse que o aspecto, inicialmente, é um aspecto meramente formal, que no art.6º das atribuições a coordenação devem ser levadas para o art.15, onde cabe a coordenação do FNE é uma aspecto formal, questionou que gostaria de entender, que participou de uma reunião do pleno, onde vivenciou uma situação extraordinária, pois todo processo de trabalho do fórum deveria ter sido antes, quando iniciou, pois estamos no meio do processo de organização do fórum, que é uma dinâmica se aproximando das conferências, que é para elaboração do novo plano, o mandato do atual coordenador do fórum termina esse ano, disse que é ruim haver uma substituição, disse que na época defendeu a continuidade, se olharmos o art. 6º, não vejo de forma clara, defendo que esteja a possibilidade de recondução, ademais, o art.7º, não deveria constar o nome da pessoa, mas sim da entidade que representa a coordenação, embora particularmente, defendo que os casos excepcionais sejam analisados a recondução. Prosseguindo a palavra foi passada a senhora Maria Tereza do INEP, cumprimentou a todos (as), pediu desculpas caso, estivesse perguntando algo discutido anteriormente, pois ficou na dúvida em relação ao art. 20, que mencionava das atribuições da Comissão de Especial de Monitoramento, organizar o observatório para esse fim de acompanhamento, e que gostaria de entender esse observatório, perguntou se esse apoio técnico e administrativo seria dado pela Secretaria Executiva, e qual seria a responsabilidade técnica e executiva, porque mais adiante o art. 22, menciona que o secretariado Executivo estará promovendo o apoio técnico administrativo, gostaria de saber qual é esse observatório de fato será criado, se ele será com o apoio técnico da secretaria, pois não é muito trivial na nossa experiência. Na sequência a palavra foi passada ao Senhor Luiz Dourado, concordou com as indicações do senhor Carlos Alberto, que a perspectiva da realização de conferência e toda essa perspectiva do fórum, caberia a possibilidade de recondução da atual coordenação. Na sequência o Senhor Walisson Maurício, reforçou a fala do senhor Luiz Dourado, colocando o dispositivo, permitindo a recondução do coordenador de fórum, porque essa é uma decisão do próprio pleno do fórum, é importante reforçar essa atribuição e essa legitimidade do fórum, se esse for o caminho que adote, um dispositivo permitindo é fundamental e em relação à fala da professora Maria Teresa levantou, fez uma observação de caráter geral, no que concerne aos indicadores, o observatório, é uma disposição existente desde a criação do Fórum, embora isso tenha sido materializado de maneiras distintas, a agenda de trabalho de como será configurado será o debate seguinte, porém, a previsão regimental é bastante antiga. Em seguida, a palavra foi passada ao Senhor José Celestino externou a preocupação dos demais membros, informando que foi discutido em reuniões anteriores, onde ficou estabelecido uma nova data, o processo de uma conferência extraordinária, no qual essa coordenação ficou responsável de conduzir esse processo, informou que no final do ano, na reunião da



nova coordenação, a outra terá que ser responsabilizada para conduzir todo um processo da etapa final da conferência, concordou com os colegas que realmente é estranho. Prosseguindo o Coordenador Heleno Araújo toma a palavra, retornou ao assunto sobre a preocupação dos demais membros, informando que tem a seguinte leitura, que a produção desse material, conforme aprovamos na lei do Plano Nacional de Educação, cabe ao INEP, no qual tem todo um processo de acompanhamento, fazer monitoramento, divulgar todos esses dados colocados, o Inep faz aqui do Fórum Nacional de Educação, além de fazer todo acompanhamento de todos os dados, monitoramento do plano, no qual as nossas atribuições temos que publicar no site do fórum, disse que do seu entendimento o INEP fazendo parte do fórum, tudo que ele constrói e elabora é a referência que temos para fazer o trabalho interno e a divulgação dos temas que queremos trabalhar, desse modo penso que teríamos condições de criar outro espaço de monitoramento específico como o INEP, disse que a partir da produção do INEP que aprimoramos e trabalhamos e fazemos o processo de divulgação, esse é o meu entendimento, falou que antes de passar para os finais a Senhora Geovana Lunardi, tratará do assunto para ajudar no entendimento da senhora Maria Teresa. Na sequência passou a palavra para a senhora Geovana Lunardi, disse que chegaram, discutir, fez referência a colocação do senhor Walisson Maurício, a ideia de ter observatórios e que essa ideia estava presente desde da criação do Fórum, no sentido de sistematização do que a geração de desses dados, contudo, a ideia de possamos criar diferentes formatos para ajudar na sistematização desses dados, porque a nossa tarefa aqui é sistematizar esses materiais que possam gerar documentos de referência inclusive para as conferências. Em seguida a senhora Darli Zunino pede a palavra, externou sua preocupação, disse que estava com a lei do plano a 3005, e em seu art. 5º, as entidades responsáveis pelo monitoramento e avaliações periódicas do nosso Plano Nacional de Educação, que trata o MEC, a Comissão de Educação do Senado e da Câmara, o Conselho Nacional e o Fórum Nacional nesse sentido, sabemos que até agora essas instituições, portanto, estamos nos baseando apenas no relatório do INEP e que precisávamos ter esses trabalhos conjuntos coletivos, pois é o que está na nossa lei, e o que deixamos de cumprir, disse que as instituições, não se reuniram para fazer o trabalho, disse ainda que estamos com monitoramento e avaliação do plano somente com o relatório do INEP, que tem outra função, buscar os dados e entregar para a comissão fazer, confundindo a questão que apontada sobre o observatório, ou se faz jus ao que está na atual lei do Plano Nacional de Educação. Prosseguindo, o senhor Heleno Araújo, explica que o INEP, tem a capacidade de captar o material e colocar no relatório, o que devemos fazer no monitoramento e avaliação, pegarmos esses relatórios e dentro do fórum a gente detalhar e trabalhar esse processo, que não é bem um desatar de captar essas informações, cabe ao INEP, membro do fórum e nós membros aprimorar com debate dentro das atribuições e levantar o que temos, e fazer ampla divulgação para poder a gente mostrar a avaliação que está positiva ou negativa na perspectiva de melhorar o negativo. Em seguida a senhora Geovana Lunardi, pediu a palavra, explicou no art. 20

onde fala das atribuições da comissão, depois do observatório, item III, articular-se, com os observatórios de monitoramento de indicadores educacionais, nesse caso várias, entidades do fórum: ANPAE, FINEDUCA, Campanha, ANPED, tem produzido documento sistematizando o acompanhamento, sendo assim é uma tarefa de tentarmos constituir essas redes. Na sequência, a Senhora Darli Zunino pede a palavra, corroborando em chamar as outras instituições, como o Conselho Nacional, Câmara dos Deputados, para conversarmos sobre. Em seguida, a senhora Maria Tereza pede a palavra esclarecendo a sua pergunta que não foi sobre existir ou não existir, mas sobre o apoio técnico administrativo, para construir, não a existência ou não, e sim o apoio, por não ser trivial, articular todos esses conjuntos de indicadores, no art. 22 menciona que a Secretaria executiva do fórum dará esse apoio técnico, nesse caso gostaria de confirmar se o apoio virá da mesma. Na sequência o senhor Luiz Dourado, pediu a palavra, reforçou o entendimento da fala da senhora Maria Teresa, a perspectiva de ter suporte concretamente para que se materialize, nesse caso temos o conjunto das entidades, que mais frente precisa ser reforçada. Em seguida a palavra é passada para o senhor Wallisson Mauricio, complementou a interrogação original da senhora Maria Teresa e as intervenções que se seguiram, que foram complementares, o qual falou das contribuições diferentes que as entidades podem dar no sentido da conformação do observatório, falou e ratificou a importância e a centralidade do INEP nas produções do FNE, em relação ao apoio técnico, nos estudos do INEP, a Secretaria executiva do Fórum, historicamente valorizando o trabalho do INEP, fizeram estudos e recortes específicos, inclusive pela via da mobilização de pesquisadores, por exemplo, enfatizou aspectos complementares em relação o que o INEP olha. Então, quando você percebe que o trabalho dos próprios GTT, do fórum, de alguma forma você tem conteúdos sendo produzidos, que dialogam com o processo de avaliação e monitoramento, que é atribuição do Fórum Nacional de Educação, ou seja, no esforço de articulação do Fórum, em um apoio que deva prestar à Secretaria Executiva do Fórum, nós podemos ter uma interlocução com o INEP, produzir outros recortes, outros frutos específicos, como historicamente se fez, por vias diferentes, reitero com muita interação com o INEP. Na sequência a palavra foi passada a senhora Alessandra Assis, não acho que é só um complemento, na verdade, reforçou que a secretaria do Fórum vem funcionando a partir do apoio do Ministério da Educação, disse que nesse primeiro ano de reorganização da própria SASE, o orçamento ficou bastante comprometido, são arranjos que estão sendo feitos para todas as atividades realizadas esse ano, mas que a partir do próximo ano temos condição melhor de estar inserindo no orçamento concretamente e os recursos para o apoio a essas atividades, inclusive discutimos essa semana e até final desse mês, a atividade aqui como algo que compõe a peça do PPA, ou seja, não para o ano que vem, mas uma perspectiva de continuidade desse suporte, desse apoio nos próximos quatro anos. Prosseguindo a palavra foi passada ao coordenador Heleno Araújo, concluindo que com os informes chegamos a uma construção da questão levantada pela senhora Maria Tereza, dando continuidade ao outro ponto que é sobre a

possibilidade de recondução da coordenação do fórum, as falas foram levantadas nesse sentido, pergunto ao senhor Arnaldo Cardoso, que fez a lembrança antes do impedimento, se teria alguma posição contrária ou se acompanha os demais. Em seguida, a palavra foi passada ao senhor Arnaldo Cardoso, que respondeu ser contra, porém, é importante definir hoje, aproveitar o momento, pois, não podemos chegar no mês novembro, e não haver mudança, nesse caso é importante, eu voto pela possibilidade da recondução, pois não é o momento de fazer essa troca no mês de novembro, pois o regimento fala que não pode haver recondução, cabe abrir uma exceção, o momento de decidir hoje. Na sequência a palavra foi passada ao Coordenador Heleno Araújo, comentou que com a posição do Senhor Arnaldo Cardoso e não havendo mais posição contrária à proposta apresentada pela Comissão Especial de Monitoramento e sistematização sobre a atualização do Regimento, ouviremos antes de anunciar os resultados, mais três pessoas. Na sequência a professora Darli Zunino questionou em relação ao Pleno aprovando o regimento e os encaminhamentos que fazemos, no novo regimento a figura do vice coordenador e pelo regimento a indicação do coordenador, nesse caso, passa por outra revisão e se aprovado, começa a valer, como vamos lidar com a situação da figura do vice coordenador. Prosseguindo o Coordenador Heleno Araújo, explicou que está no texto, e não havendo objeções será aprovado, criando a figura do vice coordenador e na reunião que acontecerá em novembro, quando for eleger a coordenação, escolhe o coordenador, em seguida encaminha a escolha do vice coordenador. Na sequência a palavra é passada a Alessandra Assis, disse que ficou uma dúvida no art. 7º de constar o nome, se é para retirar, o senhor Heleno Araújo, responde que sim, retirar o seu nome deixando somente a entidade, disse está com dúvida sobre a recondução. O Coordenador Heleno toma a palavra, responde afirmando que é permitido a recondução, lembrando que o senhor Arnaldo Cardoso, havia feito uma observação que no texto, estava que é proibido a recondução, contudo foi retirado do texto, garantindo a recondução. A senhora Alessandra de Assis volta a falar que havia entendido que o senhor Carlos Alberto, disse para colocar é textualmente permitida a recondução. Na sequência o senhor Carlos Alberto toma a palavra explica que no setor privado, faz se o que quiser, no setor público se faz o que está escrito na lei é um princípio básico do Direito, avaliou que é preciso melhorar a redação, deixando clara a possibilidade de uma reeleição. Prosseguindo, o Coordenador Heleno Araújo, disse que não havendo nenhuma posição contrária, atender o que o senhor Carlos Alberto propõe na redação, no artigo referente à coordenação, que é permitida a recondução à coordenação do fórum. Em seguida, o senhor Paulo Muniz pediu a palavra, sugeriu que no art. 7º, sugeriu que ficasse como uma disposição transitória e não integrasse o regimento e fosse colocado no final de todo o texto como uma disposição transitória, que o coordenador do FNE. Prosseguindo o Coordenador Heleno Araújo disse que de forma consensualizada conseguimos construir uma redação, a minuta do Regimento apresentada pela Comissão Especial de Monitoramento e Sistematização, sendo assim consideramos as observações apresentadas, os textos, redações sugeridas ao Regimento Interno do

Fórum, considero o quórum aprovado de forma unânime, consensuada por este pleno do fórum nacional de educação para os nossos encaminhamentos, disse que o texto irá passar por uma redação, organizar as numerações, e o regimento passa a valer e aprovado pelo Pleno do Fórum Nacional de Educação. Em seguida, o Professor Luiz Dourado pede a palavra, parabenizou as comissões pelo trabalho, pois, foi um esforço grande, por essa perspectiva tão exitosa que foi a aprovação do parecer e das alterações do Regimento. O senhor Heleno Araújo, toma a palavra e lembra que é uma avaliação parcial, e que ainda não havia acabado, voltando para a Comissão fazer o trabalho para entregar geral, pois tem trabalho pela frente. Prosseguindo, o Coordenador Heleno Araújo pontuou que vai voltar com a Comissão de Mobilização e Divulgação, pois trata do assunto da Conferência Extraordinária de Educação, em seguida emenda com a Comissão de sistematização, porque tem a ver com o documento de referência. Em seguida passou a palavra para o senhor José Celestino, observou o papel da Comissão Especial de Mobilização que está previsto no regimento, no que tange à questão da participação na realização de CONAEE, externou sua preocupação sobre o tempo exíguo, que temos e a grande responsabilidade de está colocada para o plano do fórum, pois não há, por exemplo, o financiamento das conferências municipais, intermunicipais, é um espaço importante onde as conferência tem que estar colocada principalmente, e também a nossa preocupação no que já foi dito, pois essa comissão está sempre articulada com a Comissão de sistematização, e, ao mesmo tempo, temos que verificar que outras comissões, diante da Conferência necessitam ser criadas como foram criados nas CONAE, nesse sentido, o posicionamento foi de que o lançamento da conferência Extraordinária tem que ser mais breve possível não podendo ser além do final de julho, para a mobilização das intermunicipais, das municipais, dialogando com os fóruns permanentes nos estados, para cumprir o que o regimento determina precisamos manter o cadastro atualizado das coordenações, pois, cada fórum estadual tem uma espécie ou tipo de coordenação, exemplo, na Bahia, no Rio Grande do Sul, ou seja, nós precisamos ter essas coordenações cadastradas para a conversarmos quando marcamos uma primeira reunião após essa reunião, além do diálogo com a Comissão de Sistematização, pois, é necessário que tenhamos um regimento interno da Conferência extraordinária, trazendo nas memórias do que foi feito lá atrás com as CONAES, para combinar essa estratégia, a logística que temos que implementar, vamos estimular essas conferências municipais, intermunicipais, conferências livres que temos que pautar nesse sentido, e quando houver o lançamento, devemos ter o termo de referência, feito com toda uma produção para divulgação da conferência, significa que vamos debruçar com o tema que será definido, que também é papel da Comissão de Sistematização de apresentar para o pleno e toda a peça publicitária que permita uma ampla divulgação do que nós, da importância da Conferência Extraordinária de Educação que será realizada, lembrou que vamos ter quatro nacionais em dezembro, inicialmente, foi o que discutimos, nessa reunião, com essa importância da antecipação do lançamento, para a gente poder sair no processo de

mobilização nacional de estimular todos os atores que fazem parte também desse fórum, dos fóruns estaduais e municipais, inclusive fazer uma discussão de recuperar fóruns municipais que se dissolveram Brasil afora, sendo assim vamos ter inclusive na nossa comissão a partir desse processo, porque agora que vai se iniciar, vamos ter que rever até propostas de reuniões que a gente estava fazendo antes do pleno mensal que a nossa seria na quinta-feira, mas agora nós vamos ter, a partir de agora, realizar mais reuniões ainda para estar contribuindo nesse processo da Conferência Extraordinária. Em seguida, o Coordenador Heleno Araújo pergunta ao senhor José Celestino se a Comissão definiu calendário, etapa municipal e estadual. O senhor José Celestino responde dizendo que o calendário, foi discutido na coordenação, para os dias 28 e 29 de outubro. O senhor Heleno solicita que ele informe o calendário aos demais membros. O senhor José Celestino informou que a realização de todas as intermunicipais, municipais, acontecerá entre nos dias 28 e 29 de outubro e as etapas estadual e distrital na primeira quinzena de novembro, foi uma discussão que inclusive é apresentada pelo Alexsandro Santos da SEB, e a etapa nacional acontecerá entre os dias 28 a 30 de janeiro. Prosseguindo o senhor Heleno Araújo toma a palavra, reforçou as palavras do senhor José Celestino, informando que na última reunião houve um debate sobre a possibilidade de fazer um trabalho para discutir a proposta de projeto de lei do novo Plano Nacional de Educação, pois há um GT formado dentro Ministério da Educação antes da recomposição do fórum, onde esse GT incorporou, a Comissão Especial de Monitoramento e de Sistematização, sendo a comissão responsável para acompanhar as políticas do Fórum do Plano Nacional de Educação, onde está acontecendo as oficinas, participando de todo o processo de construção, os encaminhamentos da reunião foi remeter para a Comissão Especial de Mobilização e Divulgação o debate em diálogo com a SASE sobre como fazer para ampliar o debate sobre esse projeto de lei, com o compromisso do Ministério da Educação junto com o governo, de que ele não será enviado ao Congresso Nacional antes de passar pelo debate por dentro do Fórum Nacional de Educação, nesse sentido o relato do senhor José Celestino é que a Comissão está indicando de realizarmos a Conferência Extraordinária de Educação, onde o tema está focado no novo Plano Nacional de Educação, e pela sugestão da comissão, o lançamento é importante acontecer no mês de julho, em seguida solicitou que a senhora Alessandra anotasse a proposição da ideia de ser dia 25 de julho(quarta-feira) para participar mais parlamentares no Congresso Nacional, no qual esse lançamento teria que ser feito dentro Ministério da Educação, com a presença do ministro da Educação e dos convidados do ministro do Parlamento, disse que a conferência está voltada ao novo plano nacional de educação onde teria as etapas municipais nos dias 28 e 29 de outubro, de forma simultânea, os municípios se organizam da forma que achar conveniente, o município, o intermunicipal e regional, o formato é livre nesse processo de organização para essa etapa municipal para discutir o documento referência na perspectiva do Plano Nacional de Educação, etapa estaduais e distrital na primeira quinzena de novembro e a etapa nacional de 28 a 30 de janeiro 2024, no qual foi nessa data que a SASE conseguiu reserva no espaço

Ulysses Guimarães, em Brasília, para garantir a presença de 2000 delegados e delegadas, logo informou abriremos um debate sobre a proposição da Comissão, caso seja confirmado a posição da Comissão de realizar Conferências Extraordinária de Educação, teremos complemento no trabalho que deverá ser feito pela outra Comissão de Monitoramento e Sistematização. Prosseguindo, o senhor Cleber da Silva, externou algumas dúvidas com relação à questão da titularidade e dos encaminhamentos da conferência de educação. Em seguida, o Coordenador Heleno Araújo reforçou que a titularidade, se mantém como estava antes, no qual foi aprovado a ABGLT titular, a UBM suplente, contudo a UBM fará a solicitação até 31 de outubro para avaliação para o próximo ano sobre titularidade e suplência, e em relação aos encaminhamentos destacamos a seguir no último ponto da pauta. Em seguida a palavra foi passada a senhora Darli Zunino concorda que acha interessante fazermos a conferência para discutir, um novo plano de educação, os municípios estão pensando, pois o ano que vêm têm essa tarefa para discussão, pois os municípios já começam a pensar na eleição próximo ano, em relação às municipais, intermunicipais e a estadual, perguntando se somente a nacional terá financiamento, e se a nacional, será híbrida ou presencial, disse que temos um plano de ação, já tem recursos financeiros destinados, já está no orçamento deste ano, e a questão do financiamento e para o ano que vem, pois temos que pensar no financiamento, pois acontecerá 28 e 30 de janeiro, como estão essas tratativas?, pois é minha preocupação com o financiamento, os municípios que estão fazendo a recomposição da aprendizagem, problemas pós-pandemia, como vamos mobilizar ? pois, temos fórum que estão se recompondo agora, como nós vamos fazer esse trabalho com os fóruns, tanto os estaduais quanto municipais? Sei da importância e imprescindível fazer para o novo plano subnacionais, a partir do plano nacional. Na sequência o Coordenador Heleno Araújo corroborou que na municipal de fato terá recursos federais para ajudar, no entanto, poderá ser remota, presencial, híbrida, conforme a situação de cada município, a etapa estadual e a etapa municipal do Ministério da Educação, disse que está dentro do orçamento previsto, e toda etapa nacional está dentro do orçamento que a SASE preparou para fazermos esse debate. Na sequência a palavra foi passada para o senhor Luiz Dourado, posicionou-se favorável à realização da conferência extraordinária, logo pediu que repensasse o calendário, o senhor Heleno Araújo informou a data de 28 a 30 de janeiro, assim sendo é a data disponível no Centro de Convenções, gostaria particularmente que alterássemos e obviamente, tendo essa primeira data de 28 e 29 do dez, pois, temos uma tarefa enorme, a construção do documento referência que vamos discutir na comissão, um trabalho enorme do Fórum Nacional de Educação, sugeriu que pudesse repensar o calendário, passando as municipais para o início de novembro, disse que não teria uma proposta de data, mas teríamos que pelo menos, ganhar mais uma semana, pouco, mas seria necessário, quanto a etapa estadual poderia acontecer em dezembro, na primeira semana, externou sua preocupação sendo a questão da produção, do documento de referência, precisamos ganhar uns dez dias, da data inicialmente colocada, pois entre a etapa estadual e a nacional precisamos ter um

espaço de tempo, visto que é de onde saímos de um documento referência para o documento base, sendo assim temos a perspectiva de recepção das contribuições das conferências estaduais e distrital. Em seguida a palavra foi passada ao senhor Heleno Araújo, explicou que a preocupação que a senhora Darli Zunino, levantou, foi o que levou a colocar o prazo, tendo em vista que no orçamento previsto, precisamos comprar as passagens em dezembro, para isso precisamos saber quem são os 2.000 delegados para garantir as compras e realizar a conferência em janeiro, e caso levamos a etapa para dezembro, a gente fica impossibilitado de comprar as passagens, com isso talvez inviabilizam a etapa nacional. Na sequência a palavra foi passada a senhora Roberta Guedes, disse que gostaria de tirar algumas dúvidas em relação às conferências intermunicipais estaduais, a primeira, se conferências municipais seriam presenciais e híbridas e a segunda se Conferência Nacional teríamos apoio do MEC, em relação a financeiramente, externo o acontecimento da última conferência, faltando 15 dias, informaram que não seria possível a realização disse que tinha mais uma terceira dúvida sobre o documento referência por ser extremamente importante, vamos precisar de um cronograma para produção do documento, disse que participou da construção do documento referência anterior da CONAE, uma produção bem difícil não sendo rápida. Prosseguindo a palavra foi passada ao Heleno Araújo, Coordenador do Fórum Nacional de Educação, esclareceu que todos da coordenação geral, e das comissões se reuniram com a SASE, e toda informação repassada na reunião, foi baseada no diálogo que foi feito com SASE, que informou que tem o orçamento previsto para realizar a etapa nacional, financiada pelo MEC, com até 2000 delegados (as), disse que a SASE informou necessário comprar as passagens em dezembro, ponderando a fala anterior do senhor Luiz Dourado, que a etapa municipal não terá financiamento do governo federal, podendo ser realizada de modo virtual, presencial ou híbrida de acordo com suas condições, a etapa estadual terá uma ajuda para o processo da etapa estadual e distrital. A palavra foi passada para a senhora Vivian Melcop, cumprimentou a todos (as), complementando a pergunta que a senhora Roberta Guedes fez sobre o documento referência que será construído pelo fórum, como será feita a articulação do documento com a discussão do GT do PNE, visto que documento do GT, não é texto do PL, são subsídios, é diagnóstico para poder fazer o plano, gostaria de confirmar se a Conferência Nacional será totalmente presencial, híbrida, seria só municipal, intermunicipal. Na sequência, a palavra foi passada ao Coordenador Heleno Araújo, que confirmou que apenas a Nacional será presencial, disse que a municipal não tem financiamento, e com relação à primeira pergunta, deixará a comissão responder. Na sequência a palavra foi passada ao Senhor José Celestino, esclareceu que a conferência é extraordinária por ser pauta única, são as análises e contribuições sobre a minuta do PL do Plano Nacional de Educação, reforçou a discussão da relação Fórum Nacional com os fóruns estaduais, tem uma importância muito grande do ponto de vista da estratégia que temos de estabelecer para realizar as conferências municipais, intermunicipais, regionais, disse que terá lugares que pode haver consórcio de municípios para financiar uma regional

presencial, por isso, é muito importante esse diálogo com os fóruns estaduais, inclusive nessa retomada dos fóruns municipais, falou que está sendo cogitado a participação do presidente Lula no lançamento da conferência de educação, disse que daria grande visibilidade, para verificar essa possibilidade. Na sequência a palavra foi passada à senhora Fernanda Sobral da SBPC, lembrou que na primeira reunião da CAPES, presencial, foi comentada por uma pessoa do MEC, que o projeto de lei deveria ser enviado ao Congresso até 30 de setembro, perguntou se ainda continuava. Prosseguindo, o Coordenador Heleno Araújo informou que a proposta de 30 de setembro será para documento do GT ficar pronto. A senhora Fernanda Sobral retoma a palavra e diz que o PL, na realidade, será enviado depois que tiver concluída a Conferência Nacional. A palavra foi passada ao senhor Walisson Maurício, sugeriu a importância do desenho da interação do fórum, pela comissão mobilização e divulgação do MEC e inclusive a definição das datas com reserva do espaço para etapa final e previsão de recurso para etapas preparatórias e nacional, realçou a participação do presidente Lula, ministro Camilo, disse que é necessária muita brevidade em razão do calendário, disse necessário avançar no decreto de convocação da conferência, visto que é condição fundamental para esse processo, disse ser importante está reunido para esse debate, e que devemos tomar em decreto organizados, convidar as comissões de educação das casas legislativas para, inclusive, reforçar essa aproximação com o parlamento já que o PL vai tramitar na câmara e no senado e nos parlamentos nacionais para ajudar a capilarização na sociedade país desse debate, dar uma conferência de educação, disse que o primeiro ponto de preocupação do debate, nos nossos cronogramas, tanto do fórum quanto do MEC, precisam ser bastante compatibilizados, ser de conhecimento, de domínio público, para não sigamos com algumas dúvidas de procedimentos e o lugar de cada um em relação ao processo de construção do plano, como ficou ostensivo na relação fórum e MEC de uma maior aproximação possível, mas preservado obviamente, as atribuições de cada instância a incidência na construção do Plano Nacional de Educação, finalizou dizendo que o trabalho se faz com esse processo de diálogo sério, nesse sentido, disse que o fórum precisa de um suporte qualificado, robusto, o desenho desses documentos que se distingue daquilo que o MEC está produzindo muito qualificadamente, como referiu a Roberta, é uma produção muito pesada, quando falamos do documento e das orientações aos fóruns, assim sendo as duas comissões se entrecruzam nessa atribuição esse trabalho de consumo, documento, referência, mas também nas orientações para não ser repassada aos fóruns, sendo assim precisamos ter um suporte muito qualificado para essas duas tarefas fundamentais de produção de documento referência e orientações aos fóruns, falou do compromisso de um plano de divulgação e comunicação do fórum, visto que serão muitos dados, muitas informações, dúvidas, serão muitas interações com os estados e os municípios, do apoio, como esse apoio se será híbrido ou presencial, a forma como serão ouvidos, a conferência extraordinária é mobilizadora e cabe apoio e capacidade para influenciar o debate no Congresso, nos marcos da retomada, inclusive da política



de participação social, precisamos ter todo suporte possível e reforço, mas temos uma assessoria de participação, diversidade, que vai ser muito estratégica para o que estamos começando a discutir aqui nesse momento. A palavra foi passada ao Senhor Carlos Alberto reforçou a necessidade do MEC de fato materialize o Plano Nacional de Educação como um elemento de constituição de uma política de estado de nação para educação que o MEC com a publicidade convide a população a participação de todas as conferências, desde a municipal, estadual e nacional, visto que o novo plano se dá num contexto de reconstrução de políticas públicas, portanto, a materialização da educação como direito deve ser materializado a um entendimento do MEC do que de fato nós estamos construindo, portanto, desde o início da minha participação aqui no Fórum Nacional, salientei que via com certa preocupação e estranheza um paralelo e paralelismo o andamento do fórum, com suas responsabilidades definidas em lei, como, por exemplo, a elaboração do documento, as conferências e o MEC, constituindo grupos de trabalho que, podem, em tese, ser sinergicamente constituídos para reforçar o Fórum Nacional. Agora nós estamos no meio de oficinas e eu, sinceramente, até agora não vi com clareza qual é a pretensão que o MEC tem com todo conjunto de informações, de dados, de orientações que, espero, não combine com outro documento as conferências e muito menos seja constitutivo de o documento final que vai ser enviado ao Congresso Nacional, desconsiderando ou minimizando a importância dos resultados das conferências, mas é importante que o MEC está bem representado em particular, com edição, ela deixa muito claro quais são os papéis, porque o papel do Fórum Nacional de Educação está constituído em lei. É claro que o resultado das conferências, ou mesmo resultados das oficinas pode orientar o documento final do governo para envio ao Congresso Nacional, mas isso não pode significar, em hipótese alguma, a diminuição da importância do Fórum das Conferências como elemento mobilizador da sociedade civil para que ela apresente as suas preocupações, as suas demandas, as suas prioridades. Isso é fundamental. Portanto, mesmo com o prazo restrito que a gente tem, eu acho, algumas coisas precisam se afinar. E a conclamação que eu faço é que, independentemente dessas dificuldades, o MEC se torne um instrumento mobilizador da sociedade brasileira. Na sequência a palavra foi passada para a senhora Alessandra Assis salientou que a conferência é uma determinação da Presidência da República, falou lançamento no dia 25 de julho, vermos com a Secretaria de Participação Social, para realmente é possível a presença do presidente Lula no ato de lançamento, além da presença do ministro da Educação, que fique dialogando com essas disponibilidades desses atores que são agentes mobilizadores da discussão e chegue ao presidente, o ministro, no lançamento, sendo assim damos um recado importante ao Brasil e a relevância com a CONAEE Extraordinária, reforçou que a SASE está cuidando da produção de recursos tanto do que vai ser usado esse ano quanto do 2024, disse que entendia a preocupação do professor Luiz Dourado que realmente a produção do documento referência é trabalhosa e precisa ser muito cuidada, que é um documento que precisa se ter a palavra certa, com a vírgula certa, na hora certa, para ser bem aproveitado e

utilizado lá nas bases de discussão, pediu a compreensão do pleno, no sentido de indicar alguns cenários mais ideais, mas que também a gente entendesse que por questões orçamentárias, precisa ter essas delimitações, e que antecipe o que for possível que o resultado final da CONAEE Extraordinária seja aproveitado e tenha condições e tempo de influenciar o debate no Congresso, sabemos que quanto mais demoramos com o documento final, demora com o envio de um projeto, de uma proposta de plano para o Congresso mais difícil fica também dessa discussão acontecer no Congresso e a gente pode perder o time da discussão no Congresso, e demonstrar a força da conferência, e mesmo após a conferência, manter essa presença das entidades na defesa desses resultados junto ao Congresso, pediu a compreensão do pleno no orçamento financeiro, que acaba um pouco engessando em termos desses prazos colocados, falou da disponibilidade de espaço por está complicado. Na sequência a palavra foi passada para a senhora Lueli Silva, cumprimentou a todos (as), sugeriu que fosse feito um comunicado aos fóruns estaduais e municipais, que sejam informados, já houve grupos que houve reunião na semana, ou a duas semanas atrás, houve um grupo com os fóruns estaduais sinalizando uma série de coisas, sendo assim será necessário antes do lançamento, verificar a questão de prazo, que realmente está tudo sendo muito rápido, se possível antes do dia 25, se possível, talvez fosse necessária uma conversa novamente com os fóruns estaduais do país todo para informar sobre essas datas, porque as estaduais, tanto as estaduais como as municipais, precisam se organizar e serem informadas antes do lançamento dessa conferência nacional para não gerar mal-estar a um certo constrangimento de não estarem sabendo dessas decisões que estão sendo tomadas, se for o caso vale a pena pensar no dia 28 de outubro, já que nós estamos pensando num intermunicipal, 28 de outubro, dia do Servidor Público, e feriado cai num sábado e um feriado, se não houver problemas de estarmos pensando em uma atividade dessa num sábado e que seja especialmente um feriado dia do servidor público, sabendo que no seguinte é feriado, é próximo a finados. Então assim não tem muita como escapar disso, mas de qualquer forma, vale a pena ficar atento ao que está sendo marcado e a data que está sendo marcada, se não seria o caso, não sei se após finados, pensando nas solicitações que estão sendo feitas de adiamento assim, prorrogação um pouco desse prazo para dar tempo dessa comissão trabalhar nesse documento de referência enfim, e colocando essas datas para ver como a gente pode estar se ajustando a elas da melhor forma possível. Essa é a minha contribuição. Obrigada. Prosseguindo, o Coordenador Heleno Araujo, informou que em relação às datas, estão atentos, não podendo ser antes, e pensando no dia 28, e com relação às escolas estaduais e distrital, tivemos a reunião, já antecipamos essa possibilidade, disse que têm reunião marcada após essa, caso aprovelem a fazer a conferência, e comunicar para reforçar esse processo. Na sequência o senhor Luiz Dourado toma a palavra reforçou a questão do cronograma, disse que continuava achando que caso não pudesse ir para dezembro, a conferência estadual, poderia esse ajuste ficar na segunda quinzena de novembro, disse como foi explicado as questões das passagens e tudo mais, de fato,

ganhariam um tempinho, para pensar no documento referência com a centralidade que é o PNE e isso leva a um nível de exigência muito maior na formulação do grupo, sem me estender, só colocando a possibilidade de alterar um pouquinho lá pelo menos 1 semana, a Intermunicipal e, por sua vez, uma semana da Estadual, ficando ainda em novembro. Na sequência a senhora Roberta Guedes falou que já tem estados, o próprio Distrito Federal, que já começou a organizar suas conferências para o PNE, perguntou se isso não chocaria as datas dos cronogramas, concordou com a senhora logo esse comunicado com os estados, o DF ele é primordial. Na sequência o senhor Lacerda cumprimentou a todos (as), disse se sentir bastante contemplado, que ficou pensando como iríamos fazer uma conferência depois de uma CONAE, depois de uma CONAP que acabou de acontecer, mas quando foi esclarecida melhor a história do Plano Nacional de Educação, ficou totalmente convencido, que precisamos fazer essa avaliação e a elaboração do novo Plano Nacional de Educação por essa conferência, sugeriu que a comissão repensasse um pouquinho dos prazos, reafirmou a posição da Contag a favor, nós precisamos fazer nessa perspectiva, com foco na questão do novo PNE. Na sequência a palavra foi passada a senhor Guelda, cumprimentou a todos (as) reforçou a manutenção do calendário, acredita que não vai alterar muita coisa, trazer para a primeira quinzena de novembro, sistematização e as etapas iniciais no início de novembro e depois as estaduais no segundo, perguntou a senhora Alessandra de Assis, em relação as compras das passagem que todo jeito que a gente fazem a estadual, final de novembro, as compras de passagem acabam ficando para dezembro, pois não teriam problema com isso, disse achar que não tem que fazer uma força tarefa e manter o que está e começar a trabalhar além de um plano gigante de comunicação e mobilização. Prosseguindo, como ultimo assunto o Coordenador Heleno Araujo, alisou as manifestações, disse não haver nenhuma posição contrária à realização da Conferência Extraordinária de Educação, que considerava aprovada pelo Pleno do Fórum Nacional de Educação e trabalharíamos a perspectiva de organização, buscando a possibilidade para que a Comissão, e aprovando, precisaria do documento Referência, Regimento, documento de orientação, decreto, quatro documentos que precisa ser formulados e o principal precisa de tempo e o documento referência e assumimos a tarefa da coordenação e as coordenações das comissões permanentes junto comigo dialogar com a SASE , não havendo mais assuntos a tratar, agradeceu a presença de todos (as), o apoio do Fórum, e encerrou a reunião.

